



Câmara Municipal de Portalegre

Ata Nº23

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, compareceram: Maria Adelaide Franco Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Ana Cristina Carrilho Manteiga, Nuno Miguel Carrilho Santana, José Manuel Reboredo Pinto Leite, Paula de Fátima Leitão Alegre, João Manuel Ribeiro Batista Realinho e Hugo Chichorro e Silva Capote, na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião extraordinária de Câmara. -----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes e trabalhadores: José Manuel Figueiredo Gandum, Chefe de Divisão Financeira, Maria Ester Sequeira, Técnica Superior, António André Joaquim Oliveira, Chefe de Gabinete, Maria João Tavares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Formação e Apoio Jurídico coadjuvada pela Assistente Técnica, Susana Martins. -----

HORA DE ABERTURA: Pelas 11,00 horas, foi declarada aberta a reunião, durante a qual foram tratados os seguintes assuntos: -----

A – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA

1392 – Presente Plano de Ajustamento Financeiro – Plano de Reequilíbrio Financeiro. ----

A **Senhora Presidente** fez uma explicação do Plano de Ajustamento Financeiro e do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Informou que nos documentos disponibilizados aos Vereadores falta o parecer do Revisor Oficial de Contas, havendo apenas no momento um draft disponibilizado pelo mesmo. Disse que antes da publicação da versão final da Lei do PAEL, também não estava de acordo com o Plano, e que se houvesse outra alternativa também não proponha o recurso ao mesmo. A apresentação do Município de Portalegre ao PAEL, é uma necessidade que advém da entrada em vigor da Lei dos Compromissos, uma vez que é cada vez mais difícil à Câmara Municipal pagar as dívidas devido às exigências da lei. Acrescentou que o PAEL permite à Câmara Municipal pagar aos fornecedores e injectar dinheiro na economia local. A versão final da Lei não é tão desfavorável relativamente à proposta inicial no que respeita ao IMI que se mantém na taxa em vigor à data da celebração do contrato do PAEL, havendo algumas taxas que têm que ir para o máximo. Acrescentou a Senhora Presidente que se a Câmara Municipal não recorrer ao Plano de Ajustamento e Reequilíbrio Financeiro, a verba relativa ao excesso de



Câmara Municipal de Portalegre

endividamento poderá ser retirado desde logo das transferências de verbas do Orçamento de Estado para Câmara Municipal, o que colocaria a Câmara Municipal numa situação complicada, pondo em causa o seu próprio funcionamento. -----

O **Vereador Pinto Leite** começou por fazer um protesto formal relativamente à forma atribuída como todo o processo surgiu, considerou-o turbulento. A antecedência com que os documentos foram disponibilizados não permitiu uma análise e ponderação dos mesmos, acrescentando que a Assembleia Municipal está bem pior. -

Fez um enquadramento da posição assumida pelos Vereadores eleitos pelo PS ao longo dos últimos anos; abstiveram-se no Orçamento da Câmara Municipal de 2010 e votaram contra o Orçamento de 2011 e 2012. Ao longo do tempo foram perguntando como estava a situação da Câmara Municipal, nomeadamente em relação às dívidas da ADSE e das Águas do Norte Alentejano e as respostas foram sempre que estava tudo controlado, que havia planos de pagamento. -----

Em relação ao PAEL, a posição da Senhora Presidente era que as condições do programa eram muito desfavoráveis e não estava de acordo com o mesmo. Na imprensa local referiu esta semana a Senhora Presidente que o programa era lesivo dos interesses, mas já dava a hipótese de os Vereadores proporem o resgate. -----

Referiu o Vereador Pinto Leite que tem conhecimento de Câmaras Municipais que estiveram mais de um mês a prepara o processo para apresentação ao programa, é um processo complexo que implica trabalho extraordinário por parte do serviços, na Câmara Municipal de Portalegre começou a ser tratado há uma semana ou menos de uma semana. -----

Ainda em relação ao orçamento da Câmara Municipal, disse o Vereador Pinto Leite que os Vereadores eleitos pelo PS, durante estes anos votaram contra as revisões defendendo que quando havia uma receita apurar não se devia aumentar o Orçamento mas sim diminuir, de modo a equilibrar, o que não foi feito. Nos últimos anos o orçamento foi sempre aumentando; em 2010 iniciou-se o orçamento com 28 milhões, com as revisões subiu para 30 milhões e as receitas foram de 22 milhões. Em 2011 o orçamento foi cerca de 26 milhões e as receitas de 21 milhões e em 2012 o orçamento foi aproximadamente de 21 milhões e as receitas de 17 milhões. Os orçamentos mesmos nos últimos anos já de contracção não foram equilibrados conforme defendiam. -----

Em relação aos documentos disponibilizados, disse o Vereador Pinto Leite que antes de ter acesso aos mesmos estava com muitas dúvidas. Mas quando os recebeu às 23



Câmara Municipal de Portalegre

horas de ontem os documentos as dúvidas dissiparam-se. Esclareceu que antes de ver os documentos estava confrontado com um dilema; por um lado a Câmara Municipal tem dívidas a fornecedores e à economia local e não havendo hipótese da Câmara Municipal liquidar essas dívidas nos próximos tempos, estávamos a matar mais a economia e a Cidade. Era por isso importante tentar arranjar dinheiro para ajudar a cidade e os fornecedores. Mas por outro lado, as condições para ir ao resgate implicam para a economia local um aumento da derrama, o IMI fica no máximo, uma vez que basta o incumprimento de algum índice indicado pela DGAL, que vai ser difícil de cumprir, e aumenta logo tudo para o máximo, resulta da lei. -----

O valor do resgate de acordo com as listagens enviadas devia ser de 6 milhões e não 1 milhão e 400 mil euros, é um valor que não vai resolver a situação em que a Câmara Municipal se encontra. -----

Acrescentou que o facto da Câmara Municipal não ir ao resgate, não significa que não tenha que adoptar algumas das medidas do programa, e não se tenha que implementar as medidas, mas mantém autonomia para as gerir aumentando ou não de acordo com as necessidades da Cidade, tentando não "matar" aquilo que já está condenado. Sabemos e mandamos onde aumentamos. Se a Câmara Municipal recorrer ao plano a implementação das medidas é feita de uma forma cega. -----

Concluiu dizendo que estava com estas dúvidas todas até receber as listagens às 23h00. Percebeu da análise do estudo apresentado, que o valor necessário é de 5 milhões, que 1 milhão e 400 mil euros é o valor que emprestam e há 3 milhões e 400 mil euros que estão dependentes da aprovação de um empréstimo por uma entidade bancária com juros de 7%. Quem empresta ainda vai impor regras a quem se deverá pagar. Disse que quando viu as entidades a quem se vai pagar; ADSE, a Parque Expo, as Águas do Norte Alentejano, Saneamento, Valnor e 1 ou 2 empreiteiros se questionou onde estaria a Economia Local? -----

O **Dr. José Manuel Gandum** pediu a palavra à Senhora Presidente e esclareceu que o valor dos subsídios não entram no PAEL, as rubricas que aparecem são de fornecedores e fornecedores de imobilizado, tudo o que está lançado em rubricas como no caso das Fundações, Associações, etc., estão lançadas em rubricas da Administração Autárquica que são outros devedores que não entram nestes mapas.

Esclareceu ainda que o pagamento aos fornecedores locais não tem um atraso significativo, nem são valores elevados que se justifique aguardar pelo valor do resgate



Câmara Municipal de Portalegre

para os liquidar. Há perspectiva de pagar a esses fornecedores dentro do próprio ano, através dos valores dos impostos. -----

O **Vereador Pinto Leite** disse que sempre foram informados que a ADSE tinha a dívida controlada tal como a dívida das Águas do Norte Alentejano. -----

A **Senhora Presidente** respondeu que sempre disse que a dívida era significativa. Existe um plano de pagamento que está a ser cumprido, mas existe a dívida extra plano referente às facturas de 2012. -----

O **Vereador Pinto Leite** em conclusão acrescentou que de acordo com as listagens, o que vai ao PAEL era tudo o que não pagaria. Mesmas as outras dívidas apresentadas no plano não são relativas à Economia Local. Disse o Vereador Pinto Leite que ponderou muito a situação e pensou se valeria a pena colocar Câmara Municipal num aperto, a funcionar como um "Departamento" da DGAL, que passaria a determinar a forma de governar a Câmara Municipal. Acrescentou que também ponderou a situação de não recorrer ao PAEL. Independente da situação que levou a Câmara Municipal a este descontrolo, situação que os Vereadores eleitos pelo PS foram avisado, havia a ideia que a Senhora Presidente estava a controlar e a baixar a dívida, mas de acordo com a listagem de dívidas apresentadas conclui-se que a situação está descontrolada e estão muito piores. -----

A **Senhora Presidente** informou que o valor da dívida desceu de 2010 a 2011 4.5 milhões de euros. De final de 2011 a Setembro de 2012 abateu-se 800 mil euros. Disse ainda que o ponto de partida para apresentação ao PAEL é a Lei dos Compromissos.

A **Senhora Presidente** perguntou ao Vereador Pinto Leite uma vez que ponderou muito adesão ao PAEL, quais são os contra da não adesão ao PAEL? -----

O **Vereador Pinto Leite** disse que está ciente das consequências que pode ter em não ir pelo PAEL, mas também não tem medo do "lobo" com que a Senhora Presidente anda sempre a ameaçar. Considera que a proposta apresentada é péssima. Entre, a Câmara Municipal ficar a funcionar como um departamento da DGAL, sem poder gerir a Cidade e o Concelho, aumentando todos os impostos, perdendo o comando da autarquia para obter 1 milhão e 400 mil euros e a Câmara Municipal enfrentar o problema e manter o comando, o Vereador Pinto Leite é da opinião que se deve correr o risco, ficar com o comando e enfrentar a tempestade que aí vem. O valor do PAEL apenas permite pagar 700 mil euros às Águas do Norte Alentejano, 400 mil euros à ADSE e 500 mil euros a um empreiteiro local, não resolve o problema e a Câmara Municipal fica na mesma situação. O que o Governo pretende é a transferência da



Câmara Municipal de Portalegre

divida que quer esconder para a Câmara Municipal. Disse ainda que não acredita que a Administração Central deixe falir a Cidade de Portalegre. Finalizou disponibilizando-se para ir com a Senhora Presidente à DGAL. -----

A **Senhora Presidente** lembrou que a Lei das Finanças Locais podem obrigar a Câmara Municipal a ir para Reequilíbrio Financeiro, deixando a Câmara Municipal de ter margem de manobra. Disse que também ponderou imenso a adesão ou não ao PAEL e que gostava de saber qual era a resposta dos Vereadores, à pergunta que fez ao Vereador Pinto Leite, se pensaram nas consequências de não aderir ao PAEL. -----

O **Vereador Hugo Capote** fez um voto de louvor aos técnicos da Câmara Municipal, principalmente os trabalhadores afectos ao serviço de contabilidade que desenvolveram um trabalho meritório, que não tem a culpa da desorientação do Executivo em permanência, que decidiram há uma semana que tinham de avançar para esta solução. O Vereador Hugo Capote é da opinião que a Senhora Presidente "rendeu-se" ao PAEL depois de ter falado com o Secretario de Estado e teve medo. Todo o trabalho de contenção de despesa que a Câmara Municipal estava a fazer é meritório, não podemos fazer mais sob pena do que está a acontecer no País e na cidade se agravar ainda mais. No entanto sem menosprezar todo o trabalho feito pela Divisão Financeira, considera que mesmo não era necessário, porque a portaria é muito clara. Concorda com o que Vereador Pinto Leite disse, a única coisa que ficou clarificada com o trabalho desenvolvido, é que o PAEL se resume a uma única questão: o Estado transfere dinheiro para as Autarquias para a seguir ir buscá-lo e cobrar juros altíssimos, no caso da Câmara Municipal de Portalegre 500 mil euros. Não é um plano de assistência à economia local, é um plano de apoio à economia nacional. É claramente uma transmissão directa do plano da Troika aplicada às Autarquias. Disse ainda que quem assinou esse plano que responda por isso agora. É um suicídio para a Economia nacional e local. Acha que o que é proposto não é nada, é uma vergonha e quem apresenta este plano aos Portalegrenses devia ter vergonha. Isto é endividar o Município de Portalegre durante 20 anos, amarrado a uma serie de limitações que vão desde a redução de pessoal, diminuição de investimento, taxação máxima do IMI, diminuição das transferências para as Associações e Freguesias, aumento das tarifas. A Câmara Municipal de Portalegre, não é Matosinhos, Braga, Coimbra, que tem outros meios para obter receitas e infra estruturas para o desenvolvimento da economia local, a Lei não devia ser igual para todos. Acrescenta ainda que, como já tinha dito, se a Senhora Presidente quiser ir falar com o Secretario de Estado e explicar qual é a realidade da Cidade de Portalegre,



será o primeiro a acompanhá-la independentemente da cor política, porque neste momento é Portalegrense. Este plano é um suicídio para Portalegre. Assume todas as responsabilidades daqui para a frente mas não assina. Finaliza dizendo que pode contar com os Vereadores para lutar mas sem o PAEL. -----

A **Senhora Presidente** disse que não mudou de opinião de um dia para o outro nem teve nada a ver com o Secretário de Estado. O que disse ao Secretário de Estado foi muito semelhante ao que o Vereador Hugo Capote acabou de dizer. Contudo considera que os Vereadores se estão a esquecer que o limite de endividamento baixou de um momento para o outro, baixou 2 milhões. Acrescentou que já tinha informado os Vereadores que a Câmara Municipal estava a sair do excesso de limite de endividamento, faltavam 525 mil euros. Ao baixar 2 milhões a taxa de agravamento intermédia passou para 187,69%, até a declaração deste limite estávamos com uma taxa de recuperação intermédia de 25,39%, tínhamos que cumprir com 10%. -----

A Senhora Presidente leu o n.º 4 do Art. 5.º da Lei das Finanças Locais que estabelece: *" A violação do limite de endividamento líquido previsto para cada município no n.º 1 do artigo 37.º origina uma redução no mesmo montante das transferências orçamentais devidas no ano subsequente pelo subsector Estado, o qual é afecto ao Fundo de Regularização Municipal, nos termos do artigo 42.º da presente lei."*-----

Acrescentou que esta disposição é que fez toda a diferença, não foi a conversa com o Secretário de Estado. Disse ainda a Senhora Presidente que os Vereadores têm todo o direito de não concordarem com a adesão ao PAEL, mas em Janeiro de 2013 a Câmara Municipal não vai conseguir cumprir e entra em incumprimento. -----

O **Vereador Pinto Leite** referiu que as regras do jogo não podem ser alteradas a meio do jogo. A Câmara Municipal estava a cumprir, se houver redução da transferência das verbas no próximo ano a solução é apresentar uma providência cautelar. -----

O **Vereador Hugo Capote** perguntou se o Governo cumpre a Lei das Finanças Locais? Transferem todas as verbas para as Autarquias? Nunca cumpriu a Lei desde que a emitiu. -----

O **Vereador João Realinho** disse que partilha da generalidade das ideias apresentadas e defendidas pelo Vereador Pinto Leite e Vereador Hugo Capote. Reforçou que adesão ou não ao PAEL, pressuponha como que um pacto de regime entre os membros que compõe o Executivo. Considerando o prazo dado para análise da situação, a solidariedade subjacente a um pacto de regime, foi uma mais valia que se perdeu. -----



Relativamente ao PAEL o **Vereador João Realinho**, considera que o mesmo pode ser visto como um programa de apoio à economia local mas também pode ser visto como um programa de apoio ao enterro da economia local. O que é proposto é a 2.ª versão do PAEL; enterro à economia local. Acrescentou e respondendo à questão colocada pela Senhora Presidente, é que se alguém tiver de ser o "coveiro" de Portalegre que seja outro e não lhe peçam para subscrever este plano. Não está, enquanto Vereador eleito pelo PS disponível para a contribuir para o enterro de Portalegre. Por outro lado, parece-lhe que é um programa que não respeita de forma alguma a diversidade do território. É uma Lei cega que pretende ser aplicada a Municípios com dívidas diferentes, com capacidades diferentes de recuperação da dívida e que têm outras ferramentas que o Município de Portalegre não tem. -----

Depois de ver as verbas afectas ao PAEL, o Vereador João Realinho é da opinião que é uma questão de estratégica e quase transversal; aquilo que o Governo pretende fazer é transferir para as Autarquias, à semelhança do que aconteceu com a reorganização administrativa que transferiu a responsabilidade para as Assembleias Municipais, as responsabilidades que deviam ser deles. O Vereador João Realinho não aceita algumas das medidas propostas, num tecido económico como o de Portalegre, como a Senhora Presidente referiu e muito bem na sua última entrevista, não pode aceitar aprovar algo que ainda é mais penalizador para os Portalegrenses e para a Cidade. -----

A **Vereadora Paula Alegre** subscreveu muitas das intervenções feitas e subscreveu também o louvor que foi feito aos trabalhadores que mais uma vez responderam ao solicitado em tempo limite. Em tempo limite, analisaram também os vereadores o documento enviado. -----

Perguntou a **Vereadora Paula Alegre**, o que esteve por trás da tomada de decisão, de serem estas as entidades; Águas do Norte Alentejano, ADSE, etc a ficarem no PAEL e outras entidades a ficarem para o empréstimo. -----

O **Dr. José Manuel Gandum** respondeu que as entidades podem ser alteradas, fazendo a selecção que se pretender. Disse que não houve nenhuma questão por trás. Apenas foram colocadas as entidades com os valores mais elevados em dívida. A DGAL não define quais são as facturas a pagar, quem decide é a Câmara Municipal, tem apenas que comprovar que vai pagar. -----



Câmara Municipal de Portalegre

A **Vereadora Paula Alegre** em conclusão disse que não houve uma intenção política, um cuidado político em se perceber a quem se pagava primeiro, o critério foi os valores mais elevados. -----

A **Senhora Presidente** agradeceu novamente aos serviços o trabalho meritório que desenvolveram, referindo que já o tinha feito pessoalmente. Assumiu a culpa dos prazos curtos para o tratamento e análise dos dados, continuamos com algumas dúvidas como o próprio relatório o refere. A decisão não é fácil, tentamos obter algumas respostas junto das diferentes secretárias de estado, juntamos vários documentos mas sem sucesso. Em alguns contactos com Secretários Estado a resposta que obtivemos foi que lei é lei. Espera a Senhora Presidente estar enganada quanto às consequências da não adesão ao PAEL, vai continuar a trabalhar e a dar o seu melhor. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com os votos a favor da Senhora Presidente, Vereadora Ana Manteiga e Nuno Santana, não aprovar a proposta apresentada de adesão ao Plano de Ajustamento Financeiro – Plano de Reequilíbrio Financeiro. -----

Declaração de voto da Senhora Presidente, subscrita pelos Vereadores eleitos pelo PSD: -----

“Votamos favoravelmente o documento presente a esta reunião de Executivo, subscrevendo as propostas contidas no mesmo, por considerarmos que, face à situação económico-financeira da Câmara Municipal de Portalegre, e aos vários “cenários” que no futuro podem colocar-se, a apresentação de uma candidatura ao PAEL, que tem subjacente a declaração de desequilíbrio financeiro municipal e a apresentação de correspondente plano de reequilíbrio, pode constituir-se como o mecanismo que melhor salvaguarda os interesses da Autarquia e do Município. -----

Não obstante o esforço já efectuado, e os bons resultados obtidos, a Autarquia tem-se visto confrontada (e ainda recentemente tal sucedeu, como fica bem patente nos documentos agora apresentados) com a fixação, por parte dos sucessivos Governos, de novas regras e de novos limites ao endividamento; o que, em certo sentido, e por via de uma imposição superior, nos tem feito, injusta e sucessivamente retroceder. Apesar de tudo, o nosso objectivo mantém-se: queremos caminhar gradualmente no sentido do necessário e desejável equilíbrio orçamental e de garantir a sustentabilidade da Autarquia a curto, médio e longo prazo; tornando-se para tal necessário, e de entre outras medidas, assegurar a liquidação dos pagamentos em



Câmara Municipal de Portalegre

atraso e o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Neste quadro, a adesão ao PAEL pode e deve funcionar como o "ponto zero" de um novo paradigma que, todos desejamos e esperamos, possa contribuir para garantir o já referido equilíbrio e a também já citada sustentabilidade. -----

Simultaneamente, queremos assegurar que o tecido empresarial local, na sua esmagadora maioria constituído por micro e pequenas empresas, possa ter alguma revitalização, que contrarie a situação difícil, e de alguma descapitalização, que presentemente atravessa. -----

Com este voto favorável, os eleitos do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Portalegre querem dar um sinal claro e inequívoco de que acreditam e apostam no futuro (e num melhor futuro!) da Autarquia, do Concelho e dos Portalegrenses! -----

ENCERRAMENTO:

1393 - A presente ata, foi aprovada em minuta. Pela Presidente foi encerrada a reunião, eram 12.30 horas, tendo, da mesma, sido lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente e por mim, Maria João Tavares Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Formação e Apoio Jurídico, que a redigi e subscrevo. -----